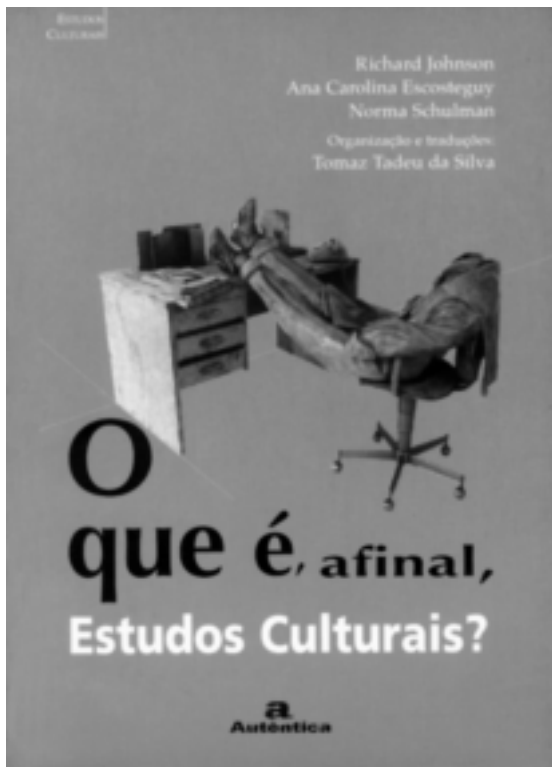


# Estudos culturais, pós-modernidade e teoria crítica



*O que é, afinal, Estudos Culturais?* – Trad. e organização de Tomaz Tadeu da Silva, artigos de Richard Johnson, Ana Carolina Escosteguy e Norma Schulman, Belo Horizonte, Autêntica, 1999, 236 páginas, tamanho bolso.

OS CHAMADOS ESTUDOS CULTURAIS, surgidos no final dos anos 50, e mais tarde vinculados à universidade inglesa de Birmingham, têm alcançado crescente repercussão internacional, eu diria que por dois motivos principais. Embora buscando parte de sua base teórica no campo marxista, distanciou-se significativamente do marxismo ortodoxo ou, pelo menos, daquilo em que seus seguidores o transformaram. Por isso mesmo, a revisão de Gramsci, de um lado, e a apropriação de conceitos de Louis Althusser, por outro, tornaram-se significativos nesses estudos. Do mesmo modo, critica-se a perspectiva cética de Theodor Adorno, mas se relê Walter Benjamin sob nova ótica, revalorizando-o. O outro motivo é que o conjunto de estudos culturais, embora se apropriando de certa tradição estruturalista, em especial pós-estruturalista, como a de Roland Barthes, também ficaram longe daqueles estudos mais formais e descritivistas, que se negavam a levar em conta a existência de uma prática humana, tão essencial à compreensão de qualquer fenômeno cultural. Assim, os que buscam compreender efetiva e eficientemente os processos culturais – e aqui penso muito especialmente nos pesquisadores latino americanos como Nestor Canclini e Martin-Barbero – tiveram, com a proximidade dessas pesquisas, um campo dinâmico, descompreconceituoso, aberto à interdisciplinaridade que tem sido a principal característica dos estudos de Birmingham, dos vanguardistas Richard Hoggarth e Raymond Williams, até os atuais Stuart Hall ou Richard

**Antonio Hohlfeldt**

Professor Coordenador do PPGCOM – FAMECOS/PUCRS

---

Johnson.

Explica-se assim a importância do pequenino – em tamanho – mas extremamente útil volume recentemente lançado, trazendo três estudos em torno dos estudos culturais, respondendo à questão centralizadora sobre o seu significado.

O primeiro, mais extenso e não só por isso, principal deles, é o de Richard Johnson, terceiro diretor do Centre for Contemporary Cultural Studies (CCCS). É que seu trabalho não é apenas uma síntese de toda a história do Centro, quanto uma síntese crítica, escrita por alguém que dele participa diretamente e por ele respndeu até pouco tempo. Johnson pode estabelecer, assim, algumas premissas básicas a respeito do funcionamento da instituição, mostrando, por exemplo, que foi a partir da crítica literária e da história social, especialmente aquela influenciada pela perspectiva marxista, que nasceram os estudos culturais, ao final da década de 50 e princípio da de 60, culminando com a criação da instituição, em 1964, que passaria a ser dirigida pelo próprio Richard Hoggarth.

Vinculando os estudos iniciais do centro a três vertentes, as relações sociais e de classe, a cultura e seu envolvimento com o poder, e a cultura enquanto campo não-autônomo mas local de disputas sociais, Johnson mostra a influência que tiveram as revisões do pensamento de Gramsci, com a contribuição especial de Michel Foucault e Pierre Bourdieu, a que Ana Carolina Escosteguy, no ensaio seguinte, soma Roland Barthes, Louis Althusser e Michel de Certeau, evidenciando a aproximação, pela primeira vez, na história recente, do pensamento inglês e francês, com o que lucraram as pesquisas culturais. Por fim, Norma Schulman acrescenta a oposição ao pensamento conservador de F.R. Leavis e T.S. Eliot, então vigente na Inglaterra, a partir da descoberta de Lacan e Saussure, especialmente, abrindo o campo dos estudos à valorização da leitura dos textos.

O depoimento de Johnson, que é complementado pelos estudos das duas outras

autoras, sublinha a preocupação em os pesquisadores de Birmingham se distanciarem dos estudos puramente acadêmicos, sua aproximação dos estudos feministas e anti-racistas, a valorização da cultura operária, a quebra de parâmetros tradicionais de visualização da cultura de massa como um todo homogêneo e, ao mesmo tempo, amorfo, etc.

Numa síntese feliz, ele mostra que a grande conquista destes estudos foi a descoberta da consciência e da subjetividade, visualizadas enquanto formas históricas específicas, portanto, contextualizadas. O projeto de cada pesquisa, assim, é a leitura daquele contexto com suas especificidades, ou melhor, das condições específicas propícias a transformação social (p. 34). Nas últimas páginas de seu ensaio, Johnson aponta para a nova tendência verificada nos estudos culturais, que é a valorização da etnografia, com isso ultrapassando-se quaisquer vestígios de preconceitos hierarquizantes quanto às diferentes culturas universais ou formas de produção cultural.

Ana Carolina Escosteguy, por seu lado, aluna-bolsista do Centro, pode racionalizar alguns aspectos da contribuição da instituição, exatamente por encontrar-se mais distante dele, emocionalmente. Assim, ela começa identificando os chamados textos fundadores desta tendência, a partir de *The uses of literacy*, de Richard Hoggarth (1957), *Culture and Society*, de Raymond Williams (1958) e *The making of the english working-class*, de E. P. Thompson (1963), os dois últimos traduzidos e editados no Brasil, e o primeiro publicado apenas em Portugal, obrigando seus pesquisadores a buscar o texto muito mais no original, sobretudo que ele já se encontra na forma do *pocket-book*.

A partir de Stuart Hall, a ênfase sobre a etnografia se explicita, buscando os estudos sobre os *mass media* e a cultura popular. Ela, assim mostra ter havido três fases diferentes na existência do Centro, a primeira delas de 1964 aos anos 70, ainda embrionária, depois uma fase de consolidação, até

os anos 80, e, por fim, uma fase de internacionalização, correspondendo, cada uma, a uma diferente direção da instituição, primeiro Richard Hoggarth, depois Stuart Halle por fim Richard Johnson.

Norma Schulman, por seu lado, aprofunda esta mesma perspectiva de análise, enfatizando que, desde o início, foi a interdisciplinariedade a principal característica do Centro, e enfatiza os principais rompimentos provocados pelos estudos culturais, quais sejam, a quebra da tendência enfática sobre o behaviorismo; o questionamento quanto à pretensa transparência dos suportes da comunicação de massa; o questionamento quanto à concepção do público receptor de meios de comunicação de massa de modo passivo e, por fim, o questionamento quanto à cultura de massa ser um fenômeno indiferenciado, isto é, literalmente massificado e semelhante em todas as suas concretizações.

Ela é a única, por outro lado, a enfatizar a permanente crise financeira que tem sido enfrentada pela instituição que, quando muito, sobrevive com poucos recursos financeiros de um fundo, o apoio da Penguin Books e os recursos auferidos pelos direitos autorais das obras editadas e traduzidas internacionalmente.

O volume é enriquecido por uma cronologia bastante atualizada, uma bibliografia em português e outra em inglês e a indicação de sites da Internet que recebem diferentes pesquisas no campo dos estudos culturais. A organização e tradução do volume, devido a Tomaz Tadeu da Silva, em meu entendimento, apresenta um único senão. Acredito que o autor poderia ter sido mais fiel à idéia original se, ao invés de utilizar o termo *publicação* preferisse *publicização* (ps. 40 e 47 e ss.). Salvo esta questão, a edição é muito cuidada e lança, na verdade, mais uma pequena e valente editora no mercado brasileiro ■



*A identidade cultural na pós-modernidade* – Stuart Hall, Rio de Janeiro, DP&A, 1998, 102 páginas.

UM DOS NOMES REFERENCIAIS dos estudos culturais britânicos, Stuart Hall vai sendo gradualmente traduzido no Brasil e com sucesso imediato, como o atesta a segunda edição de um artigo de sua autoria, *A identidade cultural na pós-modernidade*.

Neste trabalho, a indagação principal do estudioso inglês se centraliza em torno das velhas identidades e seu desaparecimento, substituição e/ou modificação, especialmente diante do fenômeno da globalização. Mais que uma crise, como querem muitos, ele vê ocorrer uma mudança, resultado da fragmentação de identidades que a mobilidade produzida pela globalização provoca, mobilidade tanto espacial, em seu sentido restrito, quanto figurado, graças especialmente às novas tecnologias.

Hall identifica três diferentes tipos de identidade, a do Iluminismo, que é a do homem centrado em si mesmo; a da socio-

logia, em que o indivíduo se coloca em relação com os demais; e a da pós-modernidade, em que o homem é múltiplo e móvel, conforme o momento e o local.

Identifica ele, assim, a modernidade como um processo de rupturas e chama a atenção para o fato de que a globalização, na verdade, é um processo mais antigo do que se pretende, pois teria surgido exatamente com a modernidade, ou seja, no século XV, a partir das grandes navegações e suas conseqüentes descobertas de novos mundos.

A novidade, contudo, para ele, é que a identidade tornou-se contemporaneamente politizada. Por isso, mapear a história do sujeito moderno é difícil, pois há uma descentração caracterizada pelo ultrapassamento do pensamento tradicional marxista, pela descoberta do inconsciente, através de Freud, pela descoberta da língua como sistema anterior ao próprio indivíduo, graças a Saussure, e ao impacto do feminismo.

Valendo-se de ampla bibliografia, que vai de Anthony Giddens a David Harvey, passa por Raymond Williams, Descartes, Locke, Kafka, Benjamin, Althusser, Lacan, Derrida, Foucault e Hobsbawn, entre outros, mais conhecidos no Brasil, Stuart Hall explicita estar menos preocupado com a identidade individual do que com a chamada identidade nacional.

Para ele, a nação é um sistema de representações culturais, que passam por diferentes práticas sociais como a narrativa da nação, a ênfase em suas origens, a invenção da tradição, o mito fundacional e, muitas vezes, o mito da raça original e/ou pura.

Independentemente dos aspectos de raça, classe ou gênero, uma cultura nacional é uma unidade cultural, e a nação, neste sentido, deve ser visualizada enquanto um dispositivo discursivo (p. 62) que representa a diferença enquanto unidade e identidade.

A globalização, contudo, tem deslocado essas identidades nacional, advindo daí

três possibilidades: a) as identidades nacionais se desintegram; b) as identidades locais se reforçam e reafirmam, enquanto resistência à globalização; c) novas identidades híbridas surgem no lugar das antigas identidades nacionais.

Claramente, Stuart Hall, a partir da própria experiência britânica de séculos de colonialismo e, contemporaneamente, como lugar de chegada de migrantes de todos os quadrantes do mundo, em especial do oriente, opta por dedicar sua atenção a este aspecto.

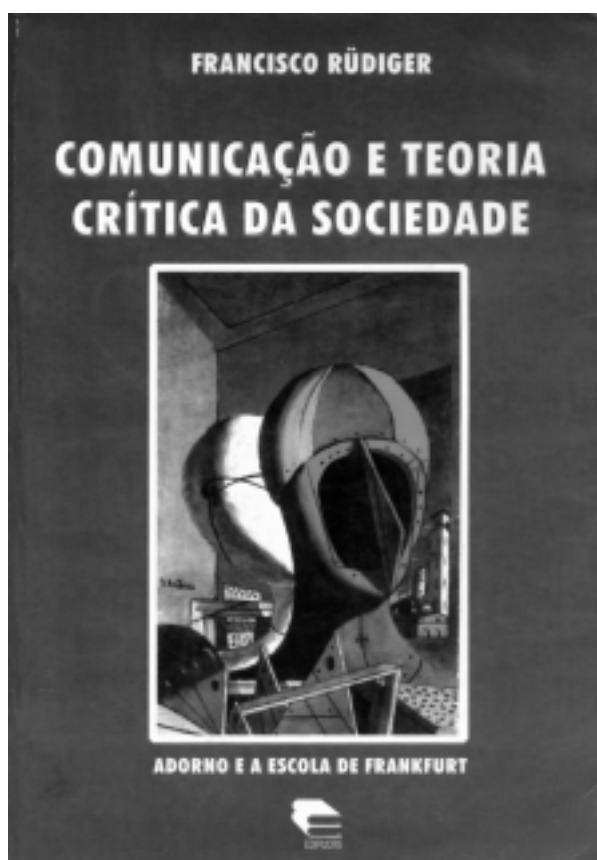
Mostra ele que a globalização desloca os conceitos de tempo e de espaço, que são fundamentais para as identidades, criando geografias imaginárias (p. 71) e permitindo amplos fluxos culturais entre as nações. Ao mesmo tempo, há um renovado interesse pelo local, enquanto nova articulação com o global. A mistura étnica que a globalização permite e provoca gera uma pluralização cultural (p. 82), cujos efeitos podem ser a) a contestação da identidade estabelecida tradicionalmente; b) o alargamento do campo das identidades, muitas vezes com o recuo de algumas identidades que se tornam mais defensivas (ver a Europa contemporânea, em especial França e Áustria) e c) a produção de novas identidades.

A globalização, assim, contesta e desloca as identidades fechadas e centradas em si mesmas, sobretudo a partir do que ele denomina de identidades em transição (p. 88). Haveria, assim, a se identificar, as identidades de tradição (p.88), e as identidades de tradução, desenvolvidas por aqueles que se dispersam da terra natal e têm a nítida consciência de que não há mais como regressar a ela. Embora detendo fortes vínculos com a terra pátria, não têm qualquer ilusão de retorno ao passado. Negociam, assim, com as culturas em que são recebidos, constituindo as chamadas culturas híbridas (p. 88).

A resistência a este movimento ou tendência é o *revival* que se pode traduzir na valorização da étnica (p. 93) ou na religião (o fundamentalismo iraniano, por

exemplo), mas que significam o isolamento. Na verdade, Stuart Hall advoga a necessidade de uma abertura das nações aos novos tempos, o que, para ele, pode significar um enriquecimento devido ao multiculturalismo inusitado.

O ensaio de Stuart Hall é extremamente atual e interessa especialmente ao leitor brasileiro que, ao longo dos tempos, tem constituído sua nacionalidade justamente a partir da mestiçagem e do hibridismo cultural, do índio e do negro escravizados, aos diferentes grupos de imigrantes que aqui acorreram, sobretudo a partir do século XIX ■



*Comunicação e teoria crítica da sociedade*, de Francisco Rüdiger, P. Alegre, EDIPUCRS, 1999, 260 páginas.

FRANCISCO RÜDIGER TEM-SE DESTACADO entre nós pela publicação de estudos cuidadosamente elaborados, podendo-se destacar, dentre outros, sua recente tese de doutorado. Agora, está publicando um ensaio que é extremamente importante, até porque vai

contra a corrente, como ele mesmo registra logo na introdução de seu novo trabalho, antecipando que se coloca contrário à tendência à legitimação da cultura de massa (p. 7), revisando, por isso mesmo, a teoria crítica, vinculada aos chamados integrantes da Escola de Frankfurt, notadamente o pensamento de Theodor Adorno, como bem o indica o subtítulo de sua obra. Assim, na linha de Jürgen Habermas, propõe-se a revisar aquela linha de estudos sob a perspectiva tríplice da restauração, revivência e reconstrução dos textos originais, que ele vai consultar em diferentes e variadas fontes, boa parte das quais inexistentes em língua portuguesa.

No primeiro capítulo, deste modo, restaura o contexto histórico dos anos vinte e recupera, inclusive o momento de nascimento a expressão *indústria cultural* (ps. 14 e 15), mostrando que ela é bem anterior aos próprios frankfurtianos. Articulando exemplificações contemporâneas, como o filme *Toy story* (p. 17), Rüdiger mostra que a premissa daqueles teóricos é o reconhecimento da importância do processo social pelo qual se transforma a cultura em um bem de consumo. As primeiras empresas a se organizarem sob tal perspectiva teriam sido as empresas jornalísticas, e isso já a partir da segunda metade do século XIX.

Citando Adorno, Rüdiger mostra que a conjunção entre o conceito de arte e o de indústria cultural se deve à burguesia, de onde advém a ambivalência do mercado de arte, coincidente com o nascimento da própria arte burguesa. Daí que, para Adorno e Horkheimer, a crítica à indústria cultural que eles empreendem é apenas uma parte da crítica da sociedade a que almejam, dentro das premissas estabelecidas pelo nascente Instituto de Pesquisas Sociais, a partir de 1923, em Frankfurt.

O desenvolvimento das forças produtivas convertem os valores culturais em produtos de consumo – este o princípio conta o qual eles se insurgem, pois evidenciam que as camadas consumidoras desses produtos são essencialmente os grupos so-

ciais em processo de ascensão, que assim se comportam exatamente na busca de sua afirmação social, através da fixação de uma identidade, o do que aparenta sê-lo.

Os frankfurtianos não ignoravam os princípios da teoria hipodérmica norte-americana, até porque, desde os anos vinte, havia se popularizado a leitura de revistas em toda a Europa, inclusive na Alemanha. A emergência das massas havia estabelecido, na esteira dos estudos de Nietzsche, o pensamento de uma crise da cultura. Mas para eles, o problema se colocava com maior complexidade. Para Siegfried Kracauer, por exemplo, considerado por Adorno como o pioneiro neste tipo de estudo, a modernidade caracterizava-se pela falta de transcendência reconhecida ao ser humano (p. 69). Por isso, eles chegavam a acreditar num potencial positivo da classe única propiciada pela revolução proletária soviética. Para eles, o fato de o capitalismo fragmentar a experiência era algo profundamente grave e de sérias conseqüências, justamente por desumanizava o universo e o reificava. A aura da obra de arte, indicada por Walter Benjamin, na verdade relacionava com o aspecto de fetichização que a produtividade massiva provocava no consumidor.

Na obra sempre mencionada de Adorno e Horkheimer, *A dialética do esclarecimento*, eles denunciam a falsidade da promessa de progresso social para a humanidade que a modernidade havia trazido, na medida em que terminou por engendrar justamente o seu contrário, graças ao controle repressivo da natureza e a reificação dos seres humanos.

Rüdiger reconhece haver certo exagero na maneira pela qual os frankfurtianos, em especial Adorno, focalizaram a extensão em que a cultura perde seu valor de uso ao se tornar puro divertimento e mercadoria, na medida em que perde a capacidade de fantasia inerente a ela. Ao mesmo tempo, Adorno teria acertado ao reconhecer que, ao longo de milênios, as elites haviam produzido cultura às custas dos trabalhos das massas subalternas. Assim, a grande conquista burguesa teria sido a de

estender a possibilidade de fruição estética à todas as categorias sociais mas, ao mesmo tempo, sujeitou-a à perspectiva da diversão, com o que provocou o desencantamento do mundo (p. 111). A cultura popular, por conseqüência, perdeu sua espontaneidade ao ser industrializada, sobrevivendo eventualmente o chamado *clássico popular* graças às suas características inerentes. Este ponto, contraditório na teoria frankfurtiana, não chega a ser aprofundado por Rüdiger, que se limita, repetindo os autores que estudo, a mostrar que a televisão (então nascente), o rádio – e com ele a música – e as revistas, não servem, de fato, para fazer as pessoas felizes, mas sim para levar os indivíduos a esquecer sua infelicidade, a frieza e o anonimato da sociedade liberal administrada, na medida em que a indústria cultural, se não leva à felicidade, funciona como um antídoto à infelicidade (p. 146).

A importância do livro de Francisco Rüdiger é o fato de que, mesmo afirmando, mais adiante, que a crítica à indústria cultural encontra-se encerrada (entenda-se, esgotada), ele mesmo realiza uma tentativa de crítica ao revisar estes autores pioneiros e, mais que isso, num apêndice à obra, propõe um projeto de pesquisa sobre a crítica à indústria cultural, o que significa, de certo modo, contradizer-se. Felizmente para nós, leitores, eis que o resultado de seu trabalho é altamente positivo e permite uma revisão não apenas da crítica ao pensamento crítico, quanto a todo o pensamento que fez a crítica dos frankfurtianos.

No último capítulo de seu trabalho, assim, Rüdiger vai recuperar o processo de produção e de circulação dos produtos constituintes da indústria cultural, estabelecendo algumas características dos mesmos, como a padronização, a pseudo-individualização, a glamourização, a hibridação, a esportização, a estereotipagem e a personalização (ps. 155 e 156).

Neste momento recupera a nova perspectiva que, com o passar dos anos, e com a vivência norte-americana, especialmente, os integrantes do grupo de Frankfurt foram

---

capazes de descobrir, reconhecendo que tanto a propaganda totalitária quanto a indústria cultural mantêm semelhanças, sobretudo porque manipulam o impulso mímico humano. Rüdiger pode, por consequência, lamentar que Adorno jamais tenha chegado a imaginar que a indústria cultural pudesse contribuir para o surgimento de esquemas emancipatórios (como os que se pode deduzir de produtos como o filme *O informante*, imagino eu), concluindo seu trabalho com o exame de alguns dos críticos mais recentes dos frankfurtianos, em especial Dieter Prokop, Fredric Jameson, Douglas Kellner e Stuart Ewen, os dois últimos, em especial, praticamente desconhecidos no Brasil, do mesmo modo que, em páginas anteriores, examinara os projetos coletivos do grupo (p. 57), o encontro entre Adorno e Paul Lazarsfeld, ou as contribuições do chamado Círculo de Berlim, com Hanns Eisler, Georg Lukács e Bertolt Brecht, ou os estudos pioneiros de Siegfried Kracauer e Leo Lowenthal, que depois ficariam distanciados de Adorno.

Livro denso, de pesquisador sério e atento, esta nova obra de Francisco Rüdiger traz um aparato bibliográfico extenso e inédito, para boa parte do público leitor, possibilitando, por isso mesmo, mais do que uma crítica e uma revisão, a indicação de estudos que, em geral, jamais circularam entre nós. Para quem apresenta certo ceticismo, na mesma linha dos autores estudados, a própria realização da obra e, em especial, a apresentação do projeto de pesquisa evidencia que, ao contrário, o ceticismo não passa de um posicionamento intelectual, de ponto de partida capaz de permitir a (re)leitura atenta desses que já são hoje clássicos e que, apesar de muitas vezes contestados, tornaram-se referência obrigatória para a reflexão a respeito dos processos culturais na sociedade industrial, sobretudo na sua fase monopolizadora, como a em que se encontra hoje ■